

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a redação do art. 342 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para estabelecer como crime de falso testemunho ou falsa perícia fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em qualquer processo, procedimento ou investigação, de natureza judicial ou administrativa, ou em juízo arbitral.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 342 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 342.** Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em qualquer processo, procedimento ou investigação, de natureza judicial ou administrativa, ou em juízo arbitral.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Apesar de simples, trata-se de uma alteração legislativa do Código Penal de grande importância para a efetividade da legislação penal no que diz respeito ao crime de falso testemunho ou falsa perícia. A redação atual do art. 342 do CP (crime de falso testemunho) não prevê expressamente os depoimentos em procedimentos do Ministério Público (inquérito civil e procedimento investigatório criminal), mas apenas em "processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral".

Assim como se encontra no presente projeto, a redação se torna mais clara e abrangente, de modo que contempla ainda as CPIs e sindicâncias administrativas, afastando toda dúvida e abrangendo outros importantes instrumentos de tutela de direitos.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação dessa importante proposição, que dará ainda mais efetividade aos procedimentos investigatórios nas diferentes esferas do Poder Público.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



SF/18574.28512-88